

EDITORIAL

Prezados colegas,

Com grande satisfação apresentamos a 10ª Edição do Boletim Informativo de 2015 do Centro de Apoio Operacional as Promotorias da Criança e do Adolescente - CAOCA, disponibilizando a atualização necessária, através da sistematização de material técnico-jurídico, para subsidiá-los nas atuações em prol da garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

O boletim contém notícias do Conselho Nacional do Ministério Público, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Câmara dos Deputados, Senado Federal, dentre outras, além de jurisprudência, eventos, artigos e publicações em nossa área de atuação.

Reafirmo a importância da participação dos Promotores e Procuradores, através do envio de minutas produzidas, a fim de que possamos, cada vez mais, buscar alinhamento em nossa atuação, contribuindo, desta forma, com a proteção integral das crianças e adolescentes e com o maior intercâmbio de conhecimento.

Espero seja feita uma aprazível leitura do nosso Boletim, além do encaminhamento não só das peças processuais produzidas, mas também das críticas e sugestões para o aprimoramento do nosso periódico.

Cordialmente,

Márcia Luzia Guedes de Lima

Procuradora de Justiça
Coordenadora do CAOCA

EQUIPE TÉCNICA: Alina Oliveira

Clarissa Vitor

Cristiano Pinto

ÍNDICE

NOTÍCIAS

Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (CAOCA)

- Lançamento de Cartilha educativa marca seminário sobre primeira infância no MP. 05
- Inscrições para conselheiros tutelares começam dia 09 em Salvador. 06
- FUNDAC disponibiliza ao CAOCA o quantitativo atualizado de vagas nas Unidades de Atendimento Socioeducativo. 07
- CAOCA acompanha a evolução do índice das denúncias do Disque 100. 10

Promotorias de Justiça da Capital

- Poder Judiciário acolhe Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público e Defensoria Pública Estadual. 11

Promotorias de Justiça do Interior do Estado

- MP de Cansanção comunica ao CAOCA o resultado da eleição do Conselho Tutelar realizado no dia 04/10/2015. 11
- MP aciona município de Catu para que implante plano de atendimento socioeducativo. 11

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

- CNMP lança campanha de combate ao Trabalho Infantil. 12

Supremo Tribunal Federal (STF)

- 2ª Turma afasta internação de adolescente aplicada em desacordo com o ECA. 13

Superior Tribunal de Justiça (STJ)

- Acusado de abusar de menores em Pernambuco tem pedido de liberdade negado. 14

Câmara dos Deputados

- Audiência debate aplicação da Lei da Guarda Compartilhada. 15

Senado Federal

- José Medeiros pede rapidez na votação de Estatuto da Primeira Infância 16
- Ao lembrar dia das crianças, Paim ressalta a importância do carinho para gerar adultos saudáveis. 17
- CPI do Assassinato de jovens quer ouvir secretário de segurança do RJ, SP, BA e CE. 18
- Bolsa Família garante crianças nas escolas, diz Fátima Bezerra. 19
- Senado abre encontro para discutir formas de melhorar assistência à primeira infância. 20

Tribunais de Justiça Estaduais

- Audiências concentradas reavaliam situação de crianças e adolescentes em Serrinha. 22
- Audiências concentradas em Salvador favorecem acolhimento de crianças e 23

adolescentes.

- Teixeira de Freitas ganha vara da infância, Balcão de Justiça e pede Câmara do Extremo Sul. 24
- Jequié é mais uma comarca de Entrância Final a ganhar Vara da Infância e da Juventude. 26
- Política de atenção à gestante: apoio profissional para uma decisão amadurecida sobre permanecer ou não com a criança. 27
- Crianças tem dia especial organizado pelo juizado da infância e juventude de Sento Sé. 28

Outras Notícias

- Guia de Programa da Infância e Adolescência do Governo Federal. 28
- V Relatório – Um Brasil para as Crianças e Adolescentes. 29

Eventos

- 9º Seminário: Abandono x Convivência Familiar. Apresentação do 15º Censo do MCA. 30
- IX Conferencia Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. 31
- III Seminário Internacional: Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (o cuidado como um direito humano). 35

Normativos e Jurisprudência

- Portaria nº 1.288/2015 – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). 39

!

,

NOTÍCIAS

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CAOCA)

LANÇAMENTO DE CARTILHA EDUCATIVA MARCA O “SEMINÁRIO PRIMEIRA INFÂNCIA: INFÂNCIA EM 1º LUGAR”

Publicado em 16/10/2016



Com o objetivo de fortalecer ações em prol dos direitos da criança na primeira infância e discutir questões relativas ao tema, foi realizado na manhã do dia 16, no auditório do Ministério Público estadual no CAB, o Seminário 'Primeira Infância: Infância em Primeiro Lugar'. O evento foi aberto com o lançamento da Cartilha Educativa Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, que pretende funcionar como instrumento para o desenvolvimento das ações do programa

Infância em Primeiro Lugar. O material, elaborado de forma lúdica e voltado para o público em geral, foi apresentado pela procuradora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), Márcia Guedes, ao lado dos representantes das entidades parceiras: Maria Celeste Pereira de Jesus, do Instituto Direito e Cidadania (IDC); Wellington do Carmo Cruz, presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA); e Graciela Mendes Reis, da Fundação Odebrecht. Segundo Márcia Guedes, a cartilha é um “forte instrumento garantista e estabilizador, pois apresenta conceitos e ações fundamentais, de forma simples e de fácil compreensão”.

A palestra inaugural foi ministrada pela coordenadora do Caoca, que fez uma apresentação sobre “O Programa Infância em Primeiro Lugar: Avanços e Desafios”. Ao lado da técnica do programa, Nildete Costa da Mata, a procuradora de Justiça Márcia Guedes destacou a importância de divulgar o trabalho para a sociedade em geral e explicou que o programa faz parte das ações estratégicas do MP, compondo-se de quatro projetos: Fortalecimento dos Conselhos, Orçamento Criança, Medidas



Socioeducativas e Especialização do Sistema de Justiça. Os projetos têm dentre seus principais objetivos promover a estruturação e a operacionalização dos conselhos; garantir prioridade para as

políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente; contribuir para a regularização da situação das crianças e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto ou em meio fechado; além de fortalecer parcerias estratégicas para o aumento do número de profissionais especializados na área infantojuvenil, contemplando a implantação de equipes multidisciplinares.

Dentre os principais avanços, Márcia Guedes destacou o aumento do número de planos implementados e em desenvolvimento; o incremento de inquéritos civis, termos de ajustamento de conduta e procedimentos administrativos instaurados, bem como o número de municípios e membros envolvidos. Entre os desafios estão a necessidade de envolver os gestores públicos na questão da criança e do adolescente, de capacitar e investir na formação dos novos conselheiros tutelares, bem como angariar mais recursos para as políticas públicas voltadas à infância. Além de Márcia Guedes, palestraram também Fernando Carlos Almeida, do CRCBA, que falou sobre 'O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e as Questões Práticas Orçamentárias'; Maria Celeste Pereira de Jesus, do IDC, abordando 'A Importância do Plano de Ação para a Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes'; e Maria Tereza Marcílio, da Rede Nacional Primeira Infância, que discorreu acerca da 'Importância da Elaboração e Implementação do Plano Municipal da 1ª Infância'. Clique [aqui](#) e acesse a cartilha lançada.

Fonte: CECOM/MP

INSCRIÇÕES PARA CONSELHEIROS TUTELARES COMEÇAM DIA 9, EM SALVADOR

A seleção que prevê a contratação de conselheiros tutelares para unidades de atendimento à criança e ao adolescente em Salvador abriu as inscrições no dia 09/10. Serão selecionados cinco membros titulares e cinco membros suplentes para os 18 Conselhos Tutelares de Salvador. Os profissionais selecionados terão uma remuneração mensal de R\$ 2.285,02. Os conselheiros trabalharão em regime de dedicação exclusiva, por 40h semanais, com atendimento de 8h às 18h. A seleção será composta por uma prova de caráter eliminatório com 50 questões objetivas sobre os direitos das crianças e adolescentes e sobre direitos e garantias fundamentais, a ser aplicada no dia 8 de novembro. A eleição dos conselheiros tutelares acontecerá no dia 6 de dezembro através de pleito popular, por meio do voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos maiores de 16 anos, que ocorrerá no dia 6 de dezembro. A posse dos conselheiros tutelares será no dia 10 de janeiro de

2016. Mais informações podem ser obtidas no CMDCA através do telefone (71) 3329-6516 ou e-mail cmdca@salvador.ba.gov.br.

Fonte: CECOM/MP.

FUNDAC DISPONIBILIZA O QUANTITATIVO ATUALIZADO DE VAGAS NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO



CENTRAL DE VAGAS E REGULAÇÃO

CONTROLE DE VAGAS NAS UNIDADES

DATA: 28/10/2015 (Quarta-feira)

UNIDADE	TIPO DE MEDIDA	CAPACIDADE REAL	QUANTITATIVO ATUAL	CAPACIDADE REAL TOTAL	QUANTITATIVO ATUAL TOTAL	% DE OCUPAÇÃO	% DE SUPERLOTAÇÃO
UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO)							
CASE SALVADOR MASCULINO	IP MASCULINO	55	149	150	324	216%	116%
	MSEI MASCULINO	95	175				
CASE SALVADOR FEMININA	IP FEMININA	10	08	35	18	51%	-49%
	MSEI FEMININA	25	10				
CASE CIA	MSEI MASCULINO	95	93	95	93	98	-02%
CASE ZILDA ARNS	IP MASCULINO	37	22	90	130	144%	44%
	MSEI MASCULINO	53	108				
CASE IRMÃ DULCE	MSEI MASCULINO	72	44	72	44	61%	-39%
SUBTOTAL				442	609	138%	38%
UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE SEMILIBERDADE							
CASE BROTAS (SALVADOR)	SEMILIBERDADE (1ª MED. E PROGRESSÃO)	20	18	60	41	68%	-32%
NAVARANDA (VITÓRIA DA CONQUISTA)	SEMILIBERDADE (1ª MED. E PROGRESSÃO)	20	20				
GEY ESPINHEIRA (JUAZEIRO)	SEMILIBERDADE (1ª MED. E PROGRESSÃO)	20	03				
TOTAL				502	650	129%	29%

UNIDADES DE ATENDIMENTO INICIAL/CUSTÓDIA TEMPORÁRIA					
UNIDADE	TIPO DE ATENDIMENTO	CAPACIDADE REAL	QUANTITATIVO ATUAL	% DE OCUPAÇÃO	% DE SUPERLOTAÇÃO
CASE JUIZ MELO MATOS	CUSTÓDIA TEMPORÁRIA (PA)*	09	00	00%	-00%
PRONTO ATENDIMENTO SALVADOR	ATENDIMENTO INICIAL**	27	07	26%	-74%

* Situação excepcional de pernoite de adolescente apreendido para apresentação ao Sistema de Justiça. Unidade desativada para IP e MSEI.

** Entrada de adolescente apreendido para apresentação ao Sistema de Justiça. Dados do dia anterior: 27/10/2015.

Vermelha: ultrapassou as vagas. Laranja: limite de vagas. Verde: há vagas. Azul: valores não contabilizados no total (permanência temporária).

Obs.: IP: Internação Provisória MSEI: Medida Socioeducativa de Internação

ALTERAÇÕES DAS UNIDADES

FUNDAC - GERSE - COSIPIA

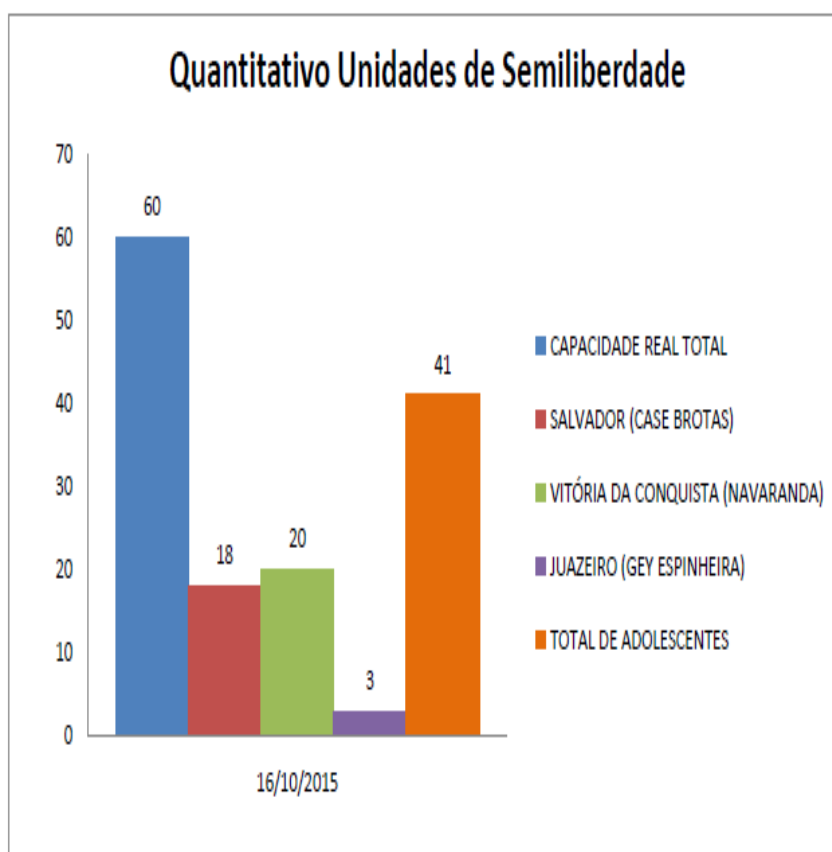
Rua das Pitangueiras, 26 A, Matatu de Brotas - Salvador - Bahia CEP: 40255-436

Tel.: (71) 3116-2951 Fax: (71) 3116-2916 E-mail: sipia.gerse@gmail.com

Página 1 de 4



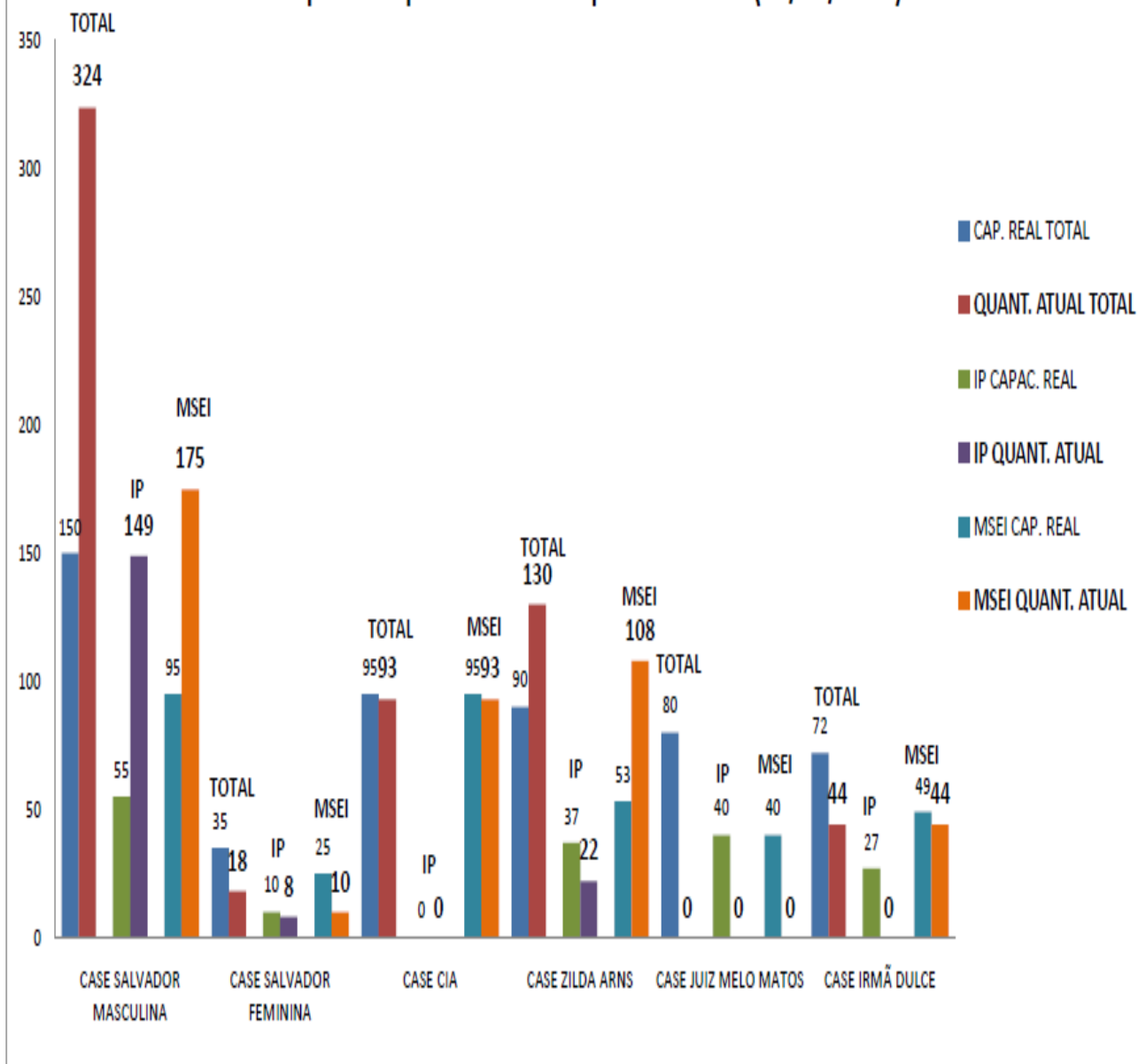
ENTRADA DE ADOLESCENTE	DESLIGAMENTO EFETIVO DE ADOLESCENTE
CASE SALVADOR 03 I.P. (MASCULINO)	CASE SALVADOR 05 I.P. / 03 MSEI (MASCULINO)
-----	CASE FEMININA 01 I.P. (FEMININO)
-----	CASE CIA 01 MSEI (MASCULINO)
-----	CASE ZILDA ARNS 01 I.P. (MASCULINO)
MOVIMENTAÇÃO INTERNA	EVASÃO
-----	-----



Observação: Data da última atualização do relatório de Semiliberdade: 16/10/2015

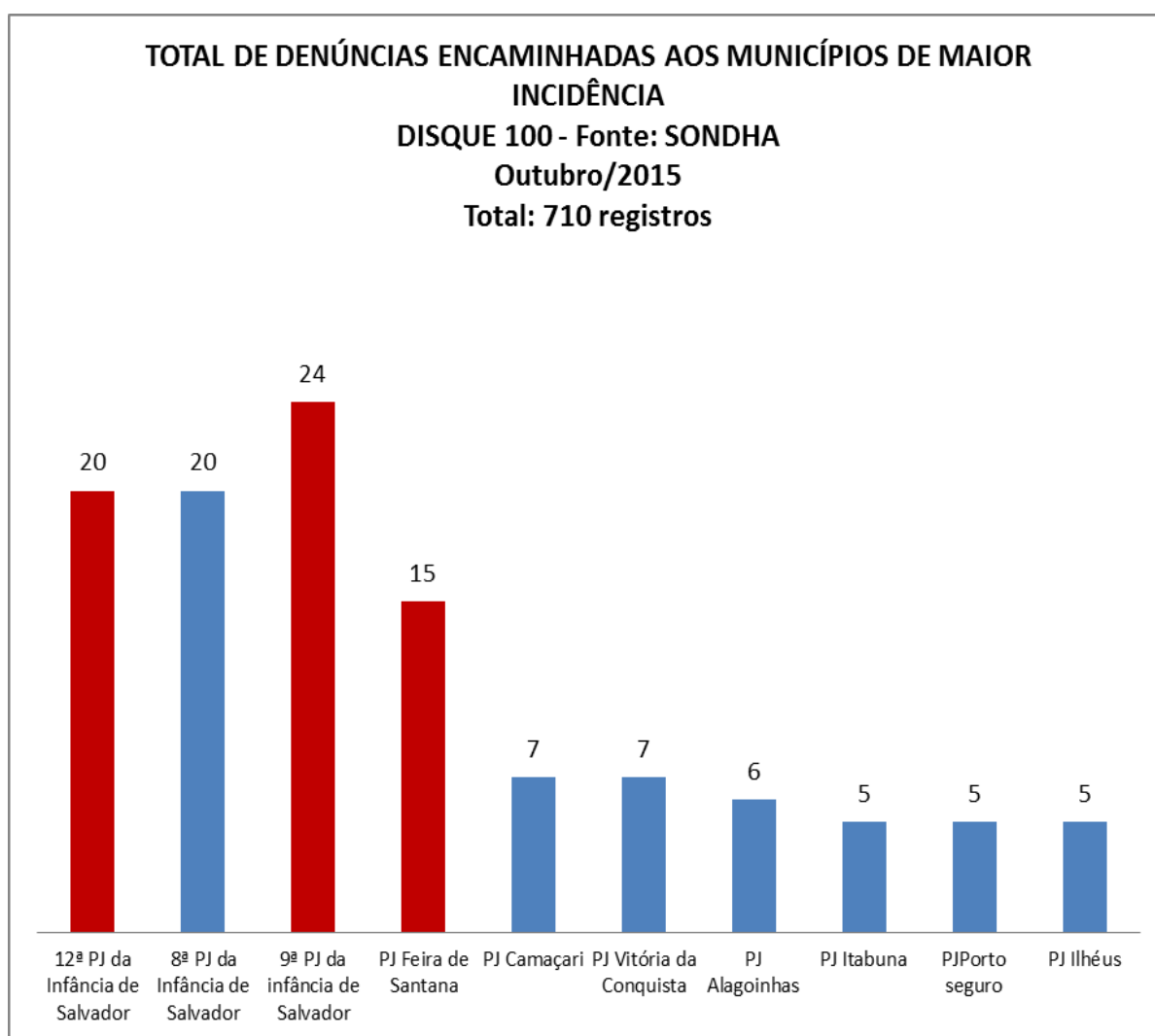


Comparativo por Unidade e Tipo de Medida (28/10/2015)



CAOCA ACOMPANHA A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DAS DENÚNCIAS ORIUNDAS DO DISQUE 100

Durante o mês de outubro, foram recebidas pelo CAOCA, através do Sistema SONDDHA – SDH – DISQUE 100, **710 denúncias** de violação dos direitos de crianças e adolescentes no Estado da Bahia. Conheça os Municípios de maior incidência abaixo:



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PODER JUDICIÁRIO ACOLHE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

Acolhendo pedido formulado pelo Ministério Público, através da 5ª Promotoria da Infância e Juventude, e Defensoria, o Juiz de Direito titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de Salvador, determinou a interdição da Delegacia Especializada do Adolescente Infrator da Capital (DAI), vedando o recebimento de adolescentes, mesmo que a título precário e provisório, remanejando-se os que ali estiverem apreendidos para local apropriado. **Conheça a íntegra do teor da decisão judicial clicando [aqui](#).**

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR

MP DE CANSANÇÃO COMUNICA AO CAOCA O RESULTADO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR REALIZADO NO DIA 04/10/2015

O Ministério Público, por intermédio Promotor de Justiça Marcelo Cerqueira César, atuante na comarca de Cansanção, comunicou ao CAOCA o resultado do pleito eleitoral unificado de escolha dos conselheiros tutelares, para o quadriênio 2016/2020, realizado no dia 04/10/2015, sendo eleitos para o cargo os seguintes postulantes: Adon da Silva Moreira (853 votos), Maryane Araújo Leite (851 votos), Nataiane de Andrade Moura (799 votos), Nubia de Jesus Salvador (767 votos) e Talita Passos dos Santos (718 votos).

Fonte: CECOM/MP.

MP ACIONA MUNICÍPIO DE CATU PARA QUE IMPLANTE PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Com o objetivo de garantir a implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (PMASE) em Catu, o Ministério Público estadual, por intermédio da promotora de Justiça Anna Karina Senna, ajuizou no dia 07/10, uma ação civil pública para cumprimento de obrigação de fazer contra o Município. Segundo a promotora de Justiça, a “inexistência de uma política pública municipal de cunho socioeducativo tem, inclusive, impedido a agilidade e eficácia no atendimento de adolescentes que, embora envolvidos com a prática de atos infracionais, demandam abordagens de caráter eminentemente protetivos”. Assim, o Município deve proporcionar a todos os adolescentes acusados

da prática de ato infracional o tratamento socioeducativo ao qual têm direito, a partir da indispensável criação e adequação de programas e serviços capazes de atender a demanda existente.

Anna Karina complementou ainda que o PMASE deve ser elaborado e ter sua execução acompanhada por uma equipe interprofissional própria, composta de no mínimo, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, com a descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas com os adolescentes e suas famílias. Além disso, o plano deve contemplar a articulação de ações com a comunidade e com entidades governamentais e não governamentais, inclusive no sentido da seleção e qualificação das pessoas que possam servir de orientadores - no caso da medida de liberdade assistida, e responsáveis pelo acompanhamento do trabalho comunitário realizado pelos adolescentes - no caso da prestação de serviços à comunidade e da obrigação de reparar o dano.

Fonte: CECOM/MP.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)

NO DIA DAS CRIANÇAS O CNMP LANÇA CAMPANHA DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Publicado em 12/10/2015



De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2013, havia 3,2 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil. Mais de meio milhão eram crianças de 5 a 13 anos de idade. Tanto entre as crianças quanto entre os adolescentes, o sexo masculino era a maioria dos trabalhadores.

A realidade do trabalho infantil traduz a violação de direitos humanos e a negação de princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal. Nessa perspectiva, a Comissão da Infância e Juventude do CNMP tem como meta fomentar mobilizações, seminários e audiências públicas nos municípios brasileiros e no Distrito Federal, com prioridade para os que apresentam maiores índices do trabalho infantil. O objetivo é aprimorar a atuação do Ministério Público nessa temática.

Com o intuito de auxiliar e tornar efetiva a garantia constitucional da prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, a CIJ/CNMP elencou diversas ações na 2ª edição do Manual de Erradicação do Trabalho Infantil. A publicação auxilia membros do Ministério Público a efetivar a atuação na erradicação do trabalho perigoso, penoso e insalubre aos menores de 18 anos, bem como qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

A prática de trabalho infantil pode ser denunciada por meio do “Disque 100”. O número é uma central de atendimento do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, que recebe, examina e encaminha denúncias e reclamações que envolvam violações de direitos humanos. Compartilhe essa ideia e faça parte dessa campanha. O vídeo pode ser acessado na página do Conselho no Facebook – www.facebook.com/cnmpoficial e no canal oficial.

Fonte: CNMP.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

2ª TURMA AFASTA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE APLICADA EM DESACORDO COM O ECA

Publicado em 20/10/2015.

Por considerar que a medida socioeducativa de internação imposta a um adolescente pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas desrespeitou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu habeas corpus (HC), de ofício, para determinar ao juiz competente que aplique outra medida socioeducativa. A decisão do colegiado foi tomada na sessão desta terça-feira (20).

Depois de ter liminares em HC indeferidas no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a defesa impetrou habeas no STF sustentado a ilegalidade da medida, uma vez que a internação só pode ser aplicada nas hipóteses taxativas previstas no artigo 122 do ECA. Alega que o ato análogo ao tráfico foi cometido sem grave ameaça ou violência a pessoa, sem notícia de reiteração delitiva ou descumprimento de medida anteriormente imposta, hipóteses relacionadas no artigo 122 e que permitem a internação de menores.

O relator do caso, ministro Teori Zavascki, entendeu que houve violação ao ECA. O Estatuto só autoriza a imposição da medida socioeducativa da internação nas estritas hipóteses em que o ato infracional for cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa ou quando houver reiteração no cometimento de outras infrações penais ou, ainda, se for descumprida, de maneira reiterada e injustificável, medida anteriormente imposta, salientou o ministro.

No caso, frisou o relator, o juiz de direito do 1º Ofício Criminal da Infância e da Juventude da Comarca de Avaré (SP) julgou procedente a representação contra o menor e aplicou a medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado, com avaliações semestrais. O juiz disse em sua decisão que o

menor morava em cidade diversa da de seus pais, com anuência deles, para estudar, e terminou envolvido com ato grave. Ao determinar a internação, o magistrado argumentou que se trata de típico caso de falta de amparo familiar.

Para o ministro Teori, o caso não preenche os requisitos autorizadores da aplicação da medida de internação. Não há registro de reiteração, não houve violência ou ameaça e nem descumprimento de medida anteriormente imposta, conforme o artigo 122 do ECA, frisou. O ministro destacou ainda que são irrelevantes para a aplicação da medida as condições socioafetivas do adolescente.

Como o HC foi impetrado contra decisão liminar no STJ, o que atrai para o caso a Súmula 691 do STF, que impede o conhecimento da impetração, o ministro votou no sentido de conceder habeas corpus de ofício para cassar a medida de internação imposta ao adolescente, determinando ao juiz competente que imponha medida socioeducativa diversa. O relator já havia concedido liminar para suspender os efeitos da decisão atacada. A decisão foi unânime.

Fonte STF.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

ACUSADO DE ABUSAR DE MENORES EM PERNAMBUCO TEM PEDIDO DE LIBERDADE NEGADO

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, manteve a prisão preventiva de um homem acusado de praticar vários crimes sexuais contra meninas menores de idade e submeter algumas delas à prostituição no estado do Pernambuco.

Ele foi denunciado em 2013 ao serviço Disque Direitos Humanos, da Presidência da República, que acionou o Ministério Público para investigação. Depoimentos das vítimas apontaram que o acusado oferecia presentes e dinheiro para manter relações sexuais com crianças e adolescentes.

Consta ainda do processo a informação de que ele havia sido detido em flagrante sob a acusação de ter fornecido medicação abortiva a uma jovem de 19 anos. No entanto, como a Justiça local entendeu que a prisão não era necessária naquele momento, o acusado foi posto em liberdade. Dias depois, voltou a ser preso sob a acusação de outros crimes contra menores.

Periculosidade

No Tribunal de Justiça de Pernambuco, a defesa pediu a revogação da prisão cautelar para que o acusado pudesse responder ao processo em liberdade. Alegou que a ordem de prisão foi motivada por informações de populares, sem provas concretas.

O pedido foi negado, e novo habeas corpus foi impetrado no STJ. O relator, ministro Sebastião Reis Júnior, afirmou que os depoimentos das vítimas evidenciam indícios da participação do acusado nos crimes descritos no inquérito policial, além de sua periculosidade. Segundo o ministro, os elementos do processo, confirmados pelos depoimentos, apontam que o acusado “é contumaz na prática de crimes sexuais contra menores”.

De acordo com o relator, o fato de o réu estar sendo investigado com relação a outros possíveis crimes da mesma natureza configura o risco de reiteração delitiva.

“Entendo que ficou demonstrado que o paciente efetivamente coloca em risco a ordem pública, em razão da notícia de seu envolvimento em outros crimes de ordem sexual e porque demonstrada sua potencial periculosidade”, concluiu. Para o ministro, o decreto de prisão preventiva está baseado em fatos concretos e tem o objetivo de evitar a ocorrência de novos crimes.

O número deste processo não é divulgado em razão de segredo judicial.

Fonte: STJ.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUDIÊNCIA DEBATE APLICAÇÃO DA LEI DA GUARDA COMPARTILHADA

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promove hoje uma audiência pública para discutir a aplicação da lei (13.058/14) que determina a guarda compartilhada dos filhos como regra no caso de separação dos pais.

O debate foi sugerido pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), autor da proposta que originou a lei. A norma alterou o Código Civil para estimular que ambos os genitores participem das decisões sobre a rotina dos filhos. A escolha pela guarda compartilhada ou unilateral cabe ao juiz.

Arnaldo Faria de Sá avalia que, mesmo com quase um ano de vigor da nova lei, poucos magistrados têm optado por empregá-la. “Lamentavelmente, alguns juízes das varas de família, muito jovens, não estão aplicando a norma. Pela guarda compartilhada, os pais se separam, mas os filhos não. Ambos devem ter responsabilidade com seus herdeiros, não apenas o pai ou a mãe”, diz o parlamentar.

Convidados

Foram convidados para a audiência:

- a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Fátima Nancy Andrighi;
- a juíza de Direito da 3ª Vara Especializada de Família e Sucessões de Várzea Grande (MT) Eulice

Jaqueline da Costa Silva Cherulli;

- a juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Cuiabá (MT) Angela Gimenez;

- o advogado Marco Antonio Lopes de Almeida; e

- a psicóloga Sandra Maria Baccara Araújo.

Fonte: Agência Câmara.

SENADO FEDERAL

JOSÉ MEDEIROS PEDE RAPIDEZ NA VOTAÇÃO DE ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Publicada em 09/10/2015



O senador José Medeiros (PPS-MT) pediu nesta sexta-feira (9) em Plenário ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que coloque em votação no Plenário projeto que estabelece políticas públicas voltadas para crianças de zero a 6 anos o (PLC 14/2015).

O chamado Marco Legal da Primeira Infância aguarda parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e precisa ainda passar por outras três comissões. Mas, segundo Medeiros, o projeto já está maduro o suficiente para seguir diretamente para o Plenário.

A proposta cria o Estatuto da Primeira Infância e prevê, entre outras ações, a ampliação da qualidade do atendimento a crianças de zero a 6 anos de idade e a possibilidade de ampliação da licença-paternidade por até 15 dias, além dos cinco dias previstos em lei.

— Estamos conversando com o presidente Renan para que seja mandando em regime de urgência aqui para o Plenário. Ele foi discutido por mais de um ano na Câmara dos Deputados e em audiências nos estados — disse.

Para o senador, criar políticas públicas para as crianças de zero a 6 anos “é um investimento do Estado”. Ele citou uma série de pesquisas que comprovariam que o investimento na fase inicial da vida das pessoas pode economizar recursos direcionados à educação e à segurança pública.

Medeiros reforçou ainda que o investimento na primeira infância ainda não entrou na pauta da União, dos estados e dos municípios.

— Não existe um olhar do Estado ainda para esses novos cidadãos, para o futuro do Brasil — disse.

Fonte: Agência Senado.

AO LEMBRAR DIA DAS CRIANÇAS, PAIM RESSALTA A IMPORTÂNCIA DO CARINHO PARA GERAR ADULTOS SAUDÁVEIS

Publicado em 09/10/2015

Em discurso nesta sexta-feira (9), o Senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou a passagem do Dia das



Crianças, celebrado na próxima segunda-feira (12). Segundo o senador, essa é uma excelente ocasião para refletir sobre a importância dos primeiros anos para o desenvolvimento humano.

Ele citou estudos patrocinados por entidades de apoio à infância que destacam o quanto o sentimento de proteção, carinho e acolhimento dos pais na infância gera indivíduos mais seguros e preparados para as pressões da vida adulta. Abraços, beijos e manifestações de afeto têm efeito em longo prazo, ressaltou.

— Uma infância feliz e cheia de afeto é fundamental para o desenvolvimento de adultos mais capazes e saudáveis no campo fisiológico e no mental — afirmou.

Por outro lado, Paim citou as consequências nefastas do abandono, da falta de carinho e de abusos contra as crianças, principalmente o sexual, em sua maioria cometido por pais, padrastos e amigos da família, quase sempre pessoas muito próximas. O parlamentar lamentou o quanto ainda falta para “sermos uma sociedade que trata com carinho devido os nossos filhos”.

O senador também demonstrou sua indignação por dois fatos que tiveram grande repercussão na mídia esta semana. Ele condenou a atitude de um vereador de Entre-Ijuís (RS), que chicoteou um agente de trânsito por ter compartilhado uma fotografia das redes sociais mostrando o carro do parlamentar ocupando uma vaga para deficientes físicos, em frente à Câmara Municipal. O ato, segundo o parlamentar, foi denunciado na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e nas comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado.

Paim também demonstrou sua solidariedade ao motorista do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que recebeu um tapa de um deputado federal após uma discussão na pista em frente ao Congresso. O senador ressaltou que políticos “não são melhores que o povo para dar tapas ou chicotadas nos cidadãos”.

A Controladoria-Geral da União (CGU) e seu papel fiscalizador também foram saudados por Paim em seu discurso. Para o parlamentar, a CGU cumpre papel fundamental no combate a impunidade e corrupção. A entidade recuperou R\$ 14 bilhões desviados dos cofres públicos nos últimos anos, além de punir servidores públicos por envolvimento em corrupção, tudo isso com o quarto menor orçamento do governo. O senador defendeu que a CGU seja mantida com status de ministério.

Fonte: Agência Senado.

CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS QUER OUVIR SECRETÁRIOS DE SEGURANÇA DO RJ, SP, BA E CE

Publicado em 22/10/2015



Senadora Lídice da Mata lembrou que falta de dados confiáveis dificulta diagnóstico preciso da questão da violência contra jovens.

Secretários de Segurança do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará serão convidados para apresentar no Senado dados e indicadores sobre homicídios de jovens em seus estados nos últimos anos. Requerimento com esse objetivo foi aprovado nesta quinta-feira (22) pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o assassinato de jovens.

De acordo com a autora do pedido, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), uma das preocupações levantadas por pesquisadores e entidades que atuam nas áreas de segurança pública e de

direitos humanos é “a ausência de dados qualificados para que seja possível realizar um diagnóstico preciso sobre as diversas nuances das mortes violentas de jovens a fim de propor medidas mais efetivas de enfrentamento do problema”.

Além da audiência pública com os secretários, o colegiado aprovou outros requerimentos. Um deles é para a realização de debate sobre o problema da violência, para o qual deverá ser convidada a psicanalista Maria Rita Kehl e os jornalistas Gilberto Dimenstein e Caco Barcellos.

Fonte: Agência Senado.

BOLSA FAMÍLIA GARANTE CRIANÇAS NAS ESCOLAS, DIZ FÁTIMA BEZERRA

Publicado em 20/10/2015



A maior riqueza do Bolsa Família é a de exigir que as famílias mandem as crianças para a escola, disse nesta terça-feira (20), em Plenário, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que comemorou os 12 anos do programa. Ela apresentou dados segundo os quais em 10 anos o tempo de permanência na escola entre os mais pobres com até 21 anos aumentou em 36%.

Além disso, o número alunos mais pobres no nível escolar de acordo com a idade passou de 24,4% para 63%. Fátima Bezerra informou que os custos com o Bolsa Família representam 0,5% do PIB. Acrescentou dados de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo a qual cada R\$ 1,00 gasto com o programa gera um aumento de R\$ 1,78 no produto interno bruto

(PIB).

- O presidente Lula teve a coragem de tirar os olhos do palácio e voltá-los às ruas do país. O presidente Lula teve a sabedoria que não deveríamos beneficiar apenas um ou outro indivíduo de um núcleo familiar, mas desenvolver a unidade familiar para que todos os membros crescessem juntos — afirmou Fátima Bezerra.

O Bolsa Família beneficia, afirmou, cerca de 48 milhões de pessoas. Dessas, 17 milhões são crianças e adolescentes. Ela também esclareceu que o programa é uma porta de acesso desses cidadãos a outros serviços essenciais, como saúde, educação e moradia.

Fonte: Agência Senado.

SENADO ABRE ENCONTRO PARA DISCUTIR FORMAS DE MELHORAR ASSISTÊNCIA À PRIMEIRA INFÂNCIA

Publicado em 20/10/2015



Proposições legislativas

Foi aberta na manhã desta terça-feira (20) no Senado, no Auditório Petrônio Portella, a 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância, Cultura e Paz. A nova edição do evento vai se concentrar na análise da epigenética e do desenvolvimento infantil. Ou seja, no debate sobre a influência das experiências positivas e negativas vividas pela gestante no comportamento e na saúde do bebê.

Na abertura do encontro, a procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ressaltou a importância do projeto de lei (PLC 14/2015) que estabelece políticas públicas voltadas para crianças de zero a seis anos.

— Enquanto muitos de nossos colegas parlamentares acham que a prioridade é a diminuição da maioria penal, nós, mulheres, achamos que a prioridade é discutir a primeira infância, sobretudo na ótica da cultura da paz, caminho para construir uma sociedade melhor no futuro — afirmou Vanessa Grazziotin. Ela destacou a presença de quase metade das senadoras em exercício na abertura do evento.

A violência foi o tema abordado pela senadora Ana Amélia (PP-RS), que também participou da abertura.

— O convite [do evento] dizia: “mude a sociedade de amanhã cuidando das crianças hoje”. O Brasil vive, atualmente, o dilema de crianças violentas. Nós estamos indo na direção contrária à cultura da paz. Estamos numa cultura da infração e da intolerância, e eu penso que esse movimento da primeira infância é um começo para resolvermos o problema — afirmou Ana Amélia.

A vice-presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), também defendeu a adoção de medidas que melhorem as políticas públicas para essa faixa etária.

— Com certeza, se nós cuidarmos hoje melhor de nossas crianças, amanhã a gente não precisará discutir a redução da maioridade penal, nem a criação das vagas nos presídios brasileiros. Vai significar jovens e adultos melhor inseridos no mercado de trabalho e, com isso, uma cultura natural da paz — disse Carmen.

A representante da Unicef no Brasil, Cristina Albuquerque, pediu atenção às políticas públicas desenvolvidas para as comunidades tradicionais e demandou às autoridades presentes um cuidado especial às “crianças invisíveis”.

— Políticas desenhadas para a infância brasileira em geral não são eficazes em determinados contextos sociais como, particularmente, as crianças e bebês indígenas, as quilombolas e as ribeirinhas. Elas são o maior desafio do país para sobreviver — argumentou Cristina.

Utilidade pública

Para o embaixador da França no Brasil, Laurent Bili, o tema epigenética e desenvolvimento infantil reúne elementos que ultrapassam o âmbito da herança genética e permite o entendimento da influência do ambiente no desenvolvimento cerebral da criança e do adulto.

— As pesquisas nessa área são de utilidade pública e servem, inclusive, para a elaboração de políticas públicas e sociais de prevenção de riscos e de assistência especial às crianças — afirmou.

O diretor-presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Eduardo Queiroz, e o coordenador da Secretaria Executiva da Rede Nacional da Primeira Infância, Claudius Ceccon, salientaram a importância dos investimentos em pesquisas na área para valorização da criança.

— As estatísticas que vêm sendo utilizadas pela Universidade de Harvard e outras instituições têm mostrado que é absolutamente fundamental que uma série de requisitos sejam colocados à disposição de crianças pequenas para que tenham desenvolvimento de acordo com seu potencial — ressaltou Claudius.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, relembrou a história do evento e agradeceu aos organizadores, pela disposição em preparar o encontro, e à Embaixada da França, pela parceria no compartilhamento de experiências consolidadas sobre a valorização da primeira infância.

— É uma alegria saber que oito anos depois continuamos com o mesmo fôlego, com mais participação e mais ânimo para que, ano após ano, possamos discutir temas relacionados à primeira infância — disse.

Programação

A 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância, Cultura e Paz vai até quinta-feira (22). Serão conferências, painéis e oficinas, com a presença de 22 palestrantes, entre médicos psiquiatras e pediatras, psicólogos, educadores e musicistas.

Na programação, estão previstos temas como legislação sobre a primeira infância e políticas públicas, estresse perinatal e desenvolvimento neuropsicológico e educação musical na primeira infância. Todas as informações da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância, Cultura e Paz podem ser encontradas no endereço na página do Senado.

Fonte: Agência Senado

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS REAVALIAM SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERRINHA



O corregedor das Comarcas do Interior, desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá, participou, nesta quarta-feira (14) das audiências concentradas em Serrinha, a 200 quilômetros de Salvador.

As audiências, presididas pela juíza Lisiane Souza Alves Duarte, foram realizadas na Casa Lar, com o objetivo de atualizar o acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidas pela instituição.

Durante os trabalhos, uma criança de 1 ano e oito meses foi entregue para a adoção, a primeira da comarca a ser incluída no

Cadastro Nacional de Adoção, o CNA.

“Testemunhei algo bastante proveitoso porque a juíza teve o cuidado de fazer uma verdadeira audiência concentrada, convidando todos os segmentos da sociedade, inclusive secretarias de municípios”, disse o desembargador, se referindo às presenças de representantes de Serrinha, Biritinga e do próprio prefeito de Barrocas.

Além da promotora de Justiça Fernanda Bruzdensky, participaram das audiências representantes do Centro de Referência e Assistência Social (Cras) e do Centro Especializado de Referência e Assistência Social de Serrinha (Creas) de Serrinha, médico, equipe técnica da instituição e familiares das crianças abrigadas.

As audiências são realizadas por força do artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Provimento 32 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinam a reavaliação da situação das crianças de seis em seis meses.

Fonte: Ascom/TJBA.

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS EM SALVADOR FAVORECEM ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Publicado em 06/10/2015



felicidade

afetiva

das

crianças.

A 1ª Vara da Infância e da Juventude de Salvador vem promovendo uma série de audiências concentradas com o objetivo de favorecer o acolhimento de crianças e adolescentes institucionalizadas.

Localizada na Rua Agnelo de Brito, número 72, na Garibaldi, a vara da Infância e da Juventude vai realizar 41 audiências, ao longo do mês de outubro, quando se comemora o Dia das Crianças.

O juiz titular Walter Ribeiro Costa Júnior iniciou as audiências concentradas de casas de acolhimento institucional, ao dar prioridade a este trabalho, considerado estratégico para a

As audiências concentradas são promovidas semestralmente como medida de reavaliação da situação de todas as crianças e adolescentes institucionalizados a fim de garantir o bem-estar.

Segundo o juiz Walter Ribeiro Costa, as audiências vêm acontecendo em todo o País e visam à garantia do direito à convivência familiar e comunitária e ao cumprimento da Lei 12.010.

A Lei 12.010 produziu, em 2009, modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o objetivo de determinar a permanência máxima de dois anos em entidades de acolhimento.

O trabalho é realizado com a participação de promotores de Justiça, defensores públicos, equipe técnica e psicossocial da Vara da Infância, assistentes sociais e gestores das unidades de acolhimento.

Fonte: Ascom/TJBA.

TEIXEIRA DE FREITAS GANHA VARA DA INFÂNCIA, BALCÃO DE JUSTIÇA E PEDE CÂMARA DO EXTREMO SUL

Publicado em 07/10/2015



Em seu discurso, o presidente Eserval Rocha parabenizou as crianças da Orquestra e Coro 9 de Maio e demonstrou preocupação com o atual cenário econômico. Cumprindo uma das metas da atual gestão do Tribunal de Justiça, Teixeira de Freitas é mais uma comarca de Entrância Final a receber uma vara especializada em Infância e Juventude.

A instalação do 3º Balcão de Justiça em Teixeira de Freitas comprova a força da parceria entre o município e o TJBA. Uma festa com direito a orquestra infantil e pedidos para a instalação da Câmara do Extremo Sul marcaram a passagem do presidente Eserval Rocha em Teixeira de Freitas, a 800

quilômetros de Salvador, nesta terça-feira (6).

A celebração ficou por conta da instalação da Vara da Infância e Juventude na comarca de Entrância Final. Teixeira de Freitas ganhou também mais uma unidade do Balcão de Justiça e Cidadania, a terceira da localidade.

Conforme anunciado nesta segunda-feira (5), em Porto Seguro, todas as comarcas de Entrância Final irão receber unidades especializadas em Direito do menor.

Toda a comitiva presidencial foi recebida, no Salão do Júri do fórum local, pela Orquestra e Coro 9 de Maio, formado por crianças do projeto Orquestrando Futuros, desenvolvido pelo Instituto de Cultura Educação e Desenvolvimento (Iced).

Participam do projeto, que ensina música erudita, mais de 300 crianças de escolas municipais.

Após a apresentação musical, o juiz Humberto José Marçal fez um relato do histórico recente da instalação de varas em Teixeira de Freitas. Lembrou da instalação do Vara do Sistema dos Juizados Especiais.

E, na oportunidade, citou a Câmara do Extremo Sul, um pedido de toda a comunidade jurídica da região.

Indispensável

O projeto do presidente Eserval Rocha para a criação das câmaras do Norte e do Sul já tramita na Comissão de Reforma Judiciária Administrativa e Regimento Interno do TJBA. A Câmara do Extremo Oeste foi instalada em fevereiro de 2015.

Já o juiz Marcus Aurélios fez uma exposição sobre as realizações da atual gestão, com destaque para os Núcleos Regionais de Digitalização.

O assessor especial da Presidência para Magistrados, juiz Oseias de Costa de Sousa, recordou que a comitiva do presidente esteve em Teixeira de Freitas em outubro do ano passado, quando instalou a Vara do Sistema dos Juizados Especiais.

"Agora retornamos para instalar a vara da Infância, indispensável para essa comunidade", disse. "O tribunal está investindo na criança e o presidente Eserval Rocha deixará um grande legado para o judiciário baiano instalando essas unidades nas 14 comarcas de Entrância Final", completou. Durante o discurso, o magistrado falou sobre a origem do nome da cidade, uma homenagem ao estatístico Mario Augusto Teixeira de Freitas.

Novas instalações

Coordenador do projeto Balcão de Justiça, o juiz Anderson Bastos, assessor especial da Presidência para Assuntos Institucionais, falou da importância das unidades e do sucesso da iniciativa na comarca, agora com três balcões.

"Teixeira de Freitas tem mostrado a força da mediação e da conciliação. Os balcões são fundamentais para alguns tipos de conflito, como o de vizinhança", destacou.

O município é parceiro do TJBA nas duas unidades. Cede apoio jurídico nos balcões, enquanto oferece equipe interdisciplinar para a vara da infância, com psicólogos e assistentes sociais.

Último a falar, o presidente Eserval Rocha demonstrou preocupação com o atual cenário econômico, o qual considerou "grave em todas as áreas da administração pública".

O presidente também parabenizou as crianças que se apresentaram no início da solenidade e, em seguida, deixou o Salão do Júri para inaugurar as novas instalações do Balcão de Justiça.

A Mesa da solenidade foi composta pelo presidente Eserval Rocha, o juiz diretor do fórum Humberto José Marçal, o juiz Marcus Aurélius Sampaio, coordenador do Balcão de Justiça e Cidadania na comarca, o prefeito João Bosco Bittencourt e o presidente da Câmara Tomíres Barbosa.

Fonte: Ascom/TJBA.

JEQUIÉ É MAIS UMA COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL A GANHAR VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Publicado 08/10/2015



Em solenidade realizada no Fórum Bertino Passos, o presidente Everaldo Rocha falou da importância da unidade especializada e do avanço na prestação jurisdicional

O presidente do TJBA e o juiz Carlos Fiusa Filho descerraram a placa de instalação da unidade

Um antigo desejo da comunidade jurídica de Jequié, a 368 quilômetros de Salvador, foi finalmente atendido na noite desta quarta-feira (7) com a instalação da Vara da Infância e Juventude da comarca.

Em solenidade realizada no Fórum Bertino Passos, o presidente Everaldo Rocha falou da importância da unidade e do avanço na prestação jurisdicional. Ele também lembrou do período em que foi juiz na comarca, na segunda metade da década de 1980.

"Retorno quase 30 anos depois para trazer um serviço que considero fundamental e imprescindível para Jequié", afirmou.

"É algo esperado há muito. Teremos agora uma unidade autônoma, com vida própria, desligada da Vara do Juri e de Execuções Penais", completou o juiz Carlos Alberto Fiusa de Castro Filho, diretor do fórum.

O juiz Anderson Bastos, assessor especial da Presidência para Assuntos Institucionais, destacou o trabalho silencioso das varas da Infância e o cuidado da Presidência com a questão. "Não será o interesse dessa ou daquela classe que irá pautar a conduta do tribunal", afirmou.

Depois de Jequié, agora só resta Paulo Afonso, no Norte do Estado, dentre as comarcas de Entrância Final que ainda vão receber uma vara da Infância.

"Já lançamos editais de remoção para a vara da Infância e 3ª Vara Cível, para a qual temos 11 magistrados já habilitados", afirmou o juiz Oseias Costa de Sousa, assessor especial da Presidência para Magistrados.

Ao final da solenidade, o juiz Glauco Campos, da Vara do Sistema dos Juizados Especiais agradeceu ao presidente, "um magistrado corajoso preocupado com o futuro do Judiciário baiano".

Em seguida, o presidente e o juiz Carlos Fiusa Filho descerraram a placa de instalação da unidade, encerrando a cerimônia.

Fonte: Ascom/TJBA.

POLÍTICA DE ATENÇÃO À GESTANTE: APOIO PROFISSIONAL PARA UMA DECISÃO AMADURECIDA SOBRE PERMANECER OU NÃO COM A CRIANÇA

Cada vez com maior frequência sabe-se de bebês que foram deixados na rua, encontrados no lixo, no meio fio, no terreno baldio ou ainda de mulheres que se evadiram do hospital, deixando a criança. Esses casos ganham maior expressão quando são descobertos pela mídia.

Para viabilizar proposta de intervenção junto a essa realidade, constituiu-se uma comissão interinstitucional formada pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo. A comissão discutiu a necessidade de criar parâmetros de atendimento e fluxos interinstitucionais e intersetoriais para melhor atender a essas mulheres.

Um dos resultados foi à elaboração da cartilha: Política de Atenção à Gestante. Considerada ponto de partida para desencadear ações intersetoriais cujo público-alvo são gestantes que se encontram fragilizadas, inseguras, decididas ou não a entregar seu bebê. Cartilha. Ela facilitará o acesso às informações pelos profissionais que atuam nesse âmbito, sendo os responsáveis pelo contato direto com os sujeitos de direitos a quem se procura atender. Para acessar o conteúdo completo da cartilha, clique [aqui](#).

Fonte: TJSP.

CRIANÇAS TÊM DIA ESPECIAL ORGANIZADO PELO JUÍZO DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE DE SENTO SÉ

Publicado em 16/10/2015



Para realizar o evento, o juiz substituto Rafael Barbosa da Cunha trabalhou em parceria com a Pastoral da Criança da Paróquia de Sento Sé, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes

A Comarca de Sento Sé vem dedicando atenção especial às crianças, como forma de fortalecer a parceria entre o Judiciário e entidades voltadas para a proteção da infância e juventude.

Segundo o juiz substituto Rafael Barbosa da Cunha, aproximadamente 300 crianças do município participaram, pelo segundo ano consecutivo, das comemorações dedicadas à infância.



Para realizar o evento, o juiz substituto Rafael Barbosa da Cunha trabalhou em parceria com a Pastoral da Criança da Paróquia de Santo Sé, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes

A Comarca de Santo Sé vem dedicando atenção especial às crianças, como forma de fortalecer a parceria entre o Judiciário e entidades voltadas para a proteção da infância e juventude.

Segundo o juiz substituto Rafael Barbosa da Cunha, aproximadamente 300 crianças do município participaram, pelo segundo ano consecutivo, das comemorações dedicadas à infância.

O Dia das Crianças em Santo Sé movimentou a comarca, com a participação do Juízo da Infância e Adolescente, a Pastoral da Criança da Paróquia de Santo Sé, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

As 300 crianças da comarca tiveram acesso gratuito a equipamentos de diversão, assistiram à apresentação de grupo de teatro e ainda se distraíram com o desempenho de palhaços. Foi servido também uma merenda para as crianças. O evento contou inclusive com divulgação na imprensa local.

Fonte: Ascom TJBA

OUTRAS NOTÍCIAS

GUIA DE PROGRAMA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

Lançado Guia dos Programas do Governo Federal. Trata-se de um mapeamento realizado pela Fundação Abrinq por meio dos projetos Presidente Amigo da Criança e Monitorando a Convenção que buscaram avaliar a resposta do governo federal aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro traduzida em implementação de políticas públicas.

O presente guia poderá contribuir com os Municípios e as organizações sociais na busca por parcerias e convênios afim de implementar ou apoiar programas e projetos para a efetivação de direitos de crianças e adolescentes. A última pretensão dessa produção é facilitar o acesso às informações sobre

a finalidade e a execução das políticas públicas federais voltadas para crianças e adolescentes que podem ser utilizadas como subsídio para o controle social que enquanto cidadãos, movimentos e organizações sociais devemos realizar. Clique [aqui](#) para acessar o conteúdo completo do referido Guia.

V RELATÓRIO – UM BRASIL PARA AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES.

Fundação Abrinq lança V Relatório: Um Brasil para Crianças e Adolescentes, com o objetivo de oferecer um documento que contribua para a ampliação do debate relacionado à infância e à adolescência no país, aprofundar o diálogo com o poder Executivo e fortalecer o controle social, contribuindo para que o país avance, ultrapasse os desafios atuais e melhore o cenário brasileiro da infância e adolescência.

O documento constitui um esforço de indicar a evolução dos indicadores sociais que medem a qualidade de vida de crianças e adolescentes nas áreas de educação, saúde e proteção. Também será analisado o padrão de investimento público para a infância e a adolescência sinalizando a respeito do cumprimento ou descumprimento dos compromissos assumidos pela presidente Dilma Rousseff. Clique [aqui](#) para acessar o conteúdo completo do “V Relatório”.

EVENTOS



9º Seminário

Abandono x Convivência Familiar
Apresentação do 15º Censo do MCA



06 de novembro

Vagas limitadas

Inscrições até 30/10/2015,
através do SITE DO MCA
ou pelos telefones
(21) 2550.9059 / 2550.9060

MANHÃ

9:00h CREDENCIAMENTO

9:30h MESA DE ABERTURA

10:00h PALESTRA DE ABERTURA

APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO 15º CENSO DA POPULAÇÃO INFANTOJUVENIL ACOLHIDA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXPOSITORA:
Dra. DANIELA MOREIRA DA ROCHA VASCONCELLOS
Promotora de Justiça
Pós graduada em Direito da criança e Adolescente pelo Instituto Superior do Ministério Público
Subcoordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude

10:30h PALESTRA

REGISTRO CIVIL: UM DIREITO HUMANO QUE VIABILIZA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

EXPOSITORA:
Dra. RAQUEL SANTOS PEREIRA CHRISPINO
Juíza de Direito Titular da Primeira Vara de Família da Comarca de São João de Meriti, Coordenadora das ações do projeto para Erradicação do Sub-registro da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro e Coordenadora da CEVIJ/Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

11:10h PALESTRA

ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EXPOSITORA:
CLÁUDIA CABRAL
Psicóloga, Especialista em terapia de família, Mestre em pedagogia pela Universidade Católica de Paris, Diretora Executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens, Consultora da Unicef/Brasil, Membro dos Conselhos da Rede Internacional Family for Every Child, e da Rede Latinoamericana de Acolhimento Familiar, Consultora do International Social Service/Genebra, idealizadora e responsável pela secretaria executiva do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária/Brasil

11:50h DEBATES

12:30h INTERVALO

TARDE

14:00h

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS DO V CONCURSO CULTURAL DO MCA

14:15h

PREMIAÇÃO DO V CONCURSO CULTURAL DO MCA

15:00h ENCERRAMENTO

Local: Auditório do Edifício Sede do Ministério Público
Av. Marechal Câmara, 370, 9º andar, Centro
Rio de Janeiro/RJ

APOIO



IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



**Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:
Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente
da Bahia.**



IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONVITE

A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CECA) têm a honra de convidá-lo(a) para a IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

De 3 a 5 de novembro, Hotel Sol Bahia - Rua Manoel Antônio Galvão, 1.075 - Patamares

Credenciamento a partir das 8h

Abertura às 17h



SECRETARIA DE
JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



Apresentação

A Conferência é um dos mais importantes instrumentos da Política de Atendimento prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, por se constituir como instância deliberativa com atribuições de avaliar a Política e propor diretrizes para aperfeiçoamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

A IX Conferência Estadual está sendo realizada em momento singular, quando se comemora os 25 anos do ECA, Lei que promoveu importantes mudanças de paradigmas, ao introduzir o conceito dos direitos humanos na relação com a população infanto-juvenil. A partir da sua promulgação, criança e adolescente assumem o status de sujeito de direitos, pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, com prioridade absoluta no atendimento. Coube, também, ao Estatuto, promover as garantias processuais no relacionamento com a Justiça, superando a visão assistencialista e paternalista, ao introduzir uma nova divisão de responsabilidades entre a União, Estados e Municípios e entre Poder Público e sociedade.

A metodologia da Conferência considera os princípios e diretrizes estabelecidas no ECA como base para a construção participativa de uma Política e um Plano Decenal que garantam a promoção, proteção e defesa e todas as crianças e adolescentes.

Tema central

Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Objetivo geral da conferência

Garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Objetivos específicos

- Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;
- Propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;
- Articular os atores do Sistema de Garantia de Direitos, para participarem da elaboração e implementação dos Planos Decenais Estadual e Municipais dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

PROGRAMAÇÃO

Dia 03 de novembro

8h às 18h – Credenciamento

10h – Reuniões por segmentos

- Adolescentes – Cláudia
- Sociedade civil – João Pereira
- Conselheiros – Edmundo Kroger

12h30 – Almoço

13h30 – Apresentação cultural

14h – Leitura e discussão do Regimento Interno – Marcos Santos e Laurenice

16h – Lanche

17h – Abertura oficial

18h – Apresentação cultural

18h30 – Palestra Magna - Fábio Feitosa

19h – Jantar

Dia 04 de novembro

8h30 – Apresentação cultural

9h – Orientações e encaminhamento para os Grupos de Trabalho

9h30 – Grupos de trabalho

- Produto I: Política e Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Produto II: Fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

11h30 – Apresentação de resultados

12h30 – Almoço

13h30 – Apresentação cultural

14h – Continuidade da apresentação de resultados Produto I e Produto II

15h30 – Lanche

16h30 – Finalização das apresentações

17h30 – Encerramento

19h – Jantar

Dia 05 de novembro

8h30 – Apresentação cultural

9h – Plenária

- Apresentação e aprovação de moções
- Eleição de Delegados para a X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fábio Feitosa e Regina Affonso

10h30 – Reunião dos segmentos para eleição dos Delegados

12h30 – Almoço

13h30 – Continuidade da reunião dos segmentos e eleição dos Delegados

16h30 – Encerramento e lanche



III Seminário Internacional
Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes
O CUIDADO COMO UM DIREITO HUMANO

9, 10 e 11 de novembro de 2015

Rua Casa do Ator 275 . Vila Olímpia . São Paulo-SP . Brasil

Segunda feira, 9 de novembro de 2015

9H00 | 12H00 . REUNIÕES

SALA 1

- > **Reunião do Grupo Gestor do Movimento Nacional Pró - Convivência Familiar e Comunitária: representantes das regiões do Brasil**

SALA 2

- > **Reunião do FICE Internacional: representantes dos FICES presentes - Brasil, África do Sul, Áustria, Hungria, Suíça e outros**

13H30 | 17H00 . CURSOS ESPECIAIS

CURSO 1

Hermann Radler [Presidente do FICE ÁUSTRIA]

- > **Trabalho sociopedagógico com crianças e adolescentes traumatizadas.**
(programação e currículo do(a) professor(a))

CURSO 2

Anna Schmid [FICE Suíça];

Dr. Krisztián Herzceg [Cseppkö Children's Home da Hungria - membro do FICE Hungria];

Eber Cristian Dartora (Brasil, Chácara dos Meninos de Quatro Pinheiros)

- > **Desenvolvendo talentos e realizando sonhos: cuidados institucionais no melhor interesse da criança e do adolescente.**
(programação e currículo do(a) professor(a))

CURSO 3

Jennifer Davidson [CELCIS Escócia]

- > **Os desafios e oportunidades ao redor do mundo para implantação das Diretrizes da ONU sobre os Cuidados Alternativos de Crianças e Adolescentes.**
(programação e currículo do(a) professor(a))

CURSO 4

Zeni Thumbadoo [FICE South Africa]

- > **Trabalhando o cuidado com crianças a partir da comunidade.**
(programação e currículo do(a) professor(a))

17H30 | 18H30 . CREDENCIAMENTO E BOAS VINDAS

18H30 | 19H30 . ABERTURA - AUTORIDADES PRESENTES E ORGANIZADORES

19H30 | 20H30 . Panorama dos cuidados alternativos para crianças e adolescentes no Brasil

Sra. Ieda Castro [Secretária Nacional de Assistência Social]

20H30 | 21H30 . CONFERÊNCIA I

- > **O cuidado como um direito humano**

Dr. Paulo Cesar Endo, Prof. Doutor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e da Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Novas Legitimidades. Membro da Cátedra UNESCO/USP de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância.

21H30 | 22H00. COQUETEL

Lançamento do Documento:

> **O Direito de Crianças e Adolescentes a um cuidado de qualidade.**

As diretrizes sobre as modalidades alternativas de cuidado para crianças e adolescentes no Brasil (Aldeias Infantis SOS Brasil, NECA FICE BRASIL) – Noite de autógrafos.

Exposição

> **Olhares Cruzados na diversidade**

(a identidade de crianças indígenas e quilombolas) – Dirce Carrion.

> **VISITA A EXPOSIÇÃO DE PAINÉIS SOBRE O BEM CUIDAR**

terça-feira, 10 de novembro de 2015

8H30 | 9H00. CREDENCIAMENTO E BOAS VINDAS

9H00 | 10H30. CONFERÊNCIA II

> **Rede de conversações: afetividade e humanização dos serviços**

Ricardo Rodrigues Teixeira, Professor Doutor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Consultor da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, coordenando, de 2008 a 2015, a Rede Humaniza SUS.

10H30 | 13H00. PAINEL 1 – CUIDA BEM DE MIM

> **Moving Forward: Implementação das Diretrizes para os**

Cuidados Alternativos de Crianças

Jennifer Davidson (CELCIS- Escócia)

> **Avaliação da Implementação das Diretrizes da ONU na América Latina**

Alejandra Riveros (Observatório da Universidade do Chile e Aldeias Infantis SOS Internacional Chile)

> **Avaliação da Implementação das Diretrizes da ONU para cuidados alternativos no Brasil**

Dayse Cesar Franco Bernardi (Fice BRASIL – NECA)

DEBATE ABERTO COM O PÚBLICO

13H00 | 14H30. ALMOÇO

14H30 | 15H30. EIXOS TEMÁTICOS DA CAMPANHA CUIDA BEM DE MIM

> **A criança como centro – o cuidado como um direito humano**

Isa Guará (NECA, FICE Brasil) e Fabio Paes (Aldeias Infantis do Brasil)

15H30 | 18H00. DIÁLOGOS TEMÁTICOS SOBRE OS PRINCÍPIOS DA CAMPANHA

“CUIDA BEM DE MIM”

- > 1. Toda criança e adolescente é sujeito de direitos ativo e participativo.
- > 2. Todas as às necessidades específicas, de cada criança e adolescente, devem ser respeitadas.
- > 3. Ser bem cuidado é um direito humano fundamental.
- > 4. Toda criança e adolescente deve viver e conviver em ambientes protetores e seguros.
- > 5. Toda relação de cuidado deve ser pautada no afeto, carinho, respeito e compreensão do outro.
- > 6. Todo (a) cuidador (a) deve receber apoio, atenção, formação e ajuda em sua tarefa do bem cuidar.
- > 7. Toda a prática de cuidado deve privilegiar processos educativos de promoção da autonomia e do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.
- > 8. A família, estado e toda sociedade devem atuar de modo integrado no bem cuidar de criança e adolescente.

Quarta-feira, 11 de novembro de 2015

8H30 | 9H00 . **RECEPÇÃO E BOAS VINDAS**

9H00 | 10H45 . **PAINEL DE APRESENTAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS DIÁLOGOS TEMÁTICOS**

10H45 | 13H00 . **PAINEL 2**

> **Padrões e referências para o atendimento de crianças e Adolescentes em serviços de acolhimento.**

1. Hermann Radler – Presidente do FICE AUSTRIA
2. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – SNAS
3. Maria Clotilde Rosetti-Ferreira e Juliana Bezzon da Silva CINDEDI/USP (Ribeirão Preto)
4. Representante das Aldeias Infantis SOS Internacional – Quality for children.

13H00 | 14H30 . **ALMOÇO**

VISITA A EXPOSIÇÃO DE PAINÉIS SOBRE O BEM CUIDAR

14H30 | 17H30 . **INTERCÂMBIOS ENTRE PRÁTICAS DE CUIDADO E PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL E NO MUNDO: REFERENCIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO.**

- > 1. Proteção Comunitária: mecanismos comunitários de proteção.
- > 2. Cuidando das famílias de origem, acolhedoras e adotivas.
- > 3. O cuidado e a educação de crianças de 0 a 3 anos de idade e a questão dos serviços de acolhimento
- > 4. Cuidando de quem cuida: a formação permanente dos cuidadores e educadores dos serviços de acolhimento
- > 5. A importância da história de vida na construção da identidade de crianças e adolescentes
- > 6. Cuidando de crianças e adolescentes vítimas de violência
- > 7. Cuidando dos adolescentes e jovens acolhidos e de suas especificidades
- > 8. Planos Individuais de Atendimento e Audiências Concentradas

17H30 | 18H30 . **FECHAMENTO DO SEMINÁRIO**

FICE BRASIL – Mobilização Nacional “Cuida Bem de mim”
AFILIAÇÃO E PROPOSTAS

- > Certificados de participação
- > Distribuição de publicações gratuitas
- > Exposição e venda de livros (eventualmente lançamentos)

INSCRIÇÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PATROCÍNIO



CIA. AÉREA OFICIAL

JURISPRUDÊNCIA E NOTÍCIAS

Ministério do Trabalho e Emprego

Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.288, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito das empresas cujas atividades demandem mão de obra com habilitação técnica específica que impossibilita a Aprendizagem e/ou as que exerçam atividades insalubres e perigosas.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição, resolve:

Considerando que, no que concernem os conceitos de trabalho digno e decente, a condição de empregado é indiscutivelmente melhor que a condição de aprendiz, especialmente para jovens acima de 18 anos, em relação à remuneração, aos benefícios decorrentes da relação de emprego e o tempo a permanecer no mesmo;

Considerando a necessidade de criação e sustentação do emprego juvenil para jovens de 15 a 29 anos, conforme previsto na Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 que instituiu o estatuto da Juventude;

Considerando que, no que concerne o art.429 da CLT, "cujas funções demandem formação profissional", sendo que há funções que demandam apenas habilitação técnica específica, sem que haja possibilidade de aprendizagem;

Art. 1º Estabelece instruções para o cumprimento da cota de aprendizagem (Lei 10.097/2000) e cumprimento alternativo nas empresas cujas atividades demandem mão de obra com habilitação técnica específica que impossibilitam a Aprendizagem e/ou que prestem serviços de forma preponderante em ambientes insalubres e/ou perigosos, que venham a gerar insegurança jurídica no cumprimento da cota.

I - As empresas e/ou suas respectivas entidades de classe de caráter nacional, poderão requerer formalmente ao Ministério do Trabalho e Emprego através do Secretário de Políticas Públicas de Emprego declaração de cumprimento alternativo das cotas, com base nesta portaria.

II - No que estabelece o art.2º, inciso I desta Portaria, será verificado o caráter objetivo que uma vez atendido, será considerado cumprido sem a necessidade do referido requerimento.

III - Habilitação técnica específica são aquelas que dependem de legislação em vigor ou pré-requisitos que impossibilitem o cumprimento da Lei do Aprendiz.

Art. 2º Serão considerados como aprendizes para os efeitos de cumprimento da cota prevista na Lei 10.097/2000:

I - Empregados contratados com idade entre 16 e 29 anos, e/ou;

II - Aprendizes nos arcos da prática esportiva e cultural para exercerem as funções em entidades que fomentem o esporte e a cultura, e/ou;

III - Jovens após o término do contrato de aprendizagem, sendo cumprida a cota até os 29 anos de idade do menor aprendiz admitido.

Parágrafo Único: Excluem-se da regra acima, as funções do setor administrativo das empresas cujas cotas de aprendiz deverão ser cumpridas no que concerne a Lei 10.097 de 2000.

Art. 3º Para a definição da base de cálculo da quota legal de aprendizes por empresa, serão excluídos do cálculo as funções que não demandam formação técnico-profissional metódica, ou seja a) escolaridade inferior ao ensino fundamental completo; b) experiência profissional inferior a um ano; c) curso de qualificação profissional inferior a 400 horas; d) o desempenho da função que não requeira supervisão ou supervisão ocasional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação oficial.